



# Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020



# Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia

Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-474-0  
DOI 10.22533/at.ed.740201610

1. Ciências sociais aplicadas. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

## Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: As relações como meio de compreender a sociedade”. São ao todo vinte e um artigos que apresentam pesquisas relacionadas as áreas de turismo, educação, política, trabalho, desenvolvimento econômico e um artigo relacionado a política pública de assistência social e direitos socioassistenciais.

Os temas são abordados a partir de diferentes perspectivas teóricas, e os autores e autoras propõe-se a identificar e analisar as relações existentes entre as temáticas com elementos contextuais e aspectos territoriais, contribuindo para a realização de estudos, com uma perspectiva mais ampliada e aprofundada das relações presentes na sociedade brasileira.

Nos artigos em que o tema turismo foi abordado, identifica-se análises relacionadas com as manifestações culturais, o lazer, questões étnicas vinculadas a uma comunidade quilombola e desenvolvimento sustentável.

Na temática relacionada a educação, identifica-se a realização de pesquisas vinculadas a educação infantil e as universidades, bem como, entre este tema e os hábitos de leitura, violência física entre estudantes, contratação de pessoas com deficiência e inserção de pessoas com mais de 50 anos no ensino superior.

Os movimentos populares, os aspectos ideológicos, as relações com o meio ambiente e as urnas eletrônicas constituem os aspectos que fizeram parte das análises vinculadas a política.

Para finalizar, são apresentadas as pesquisas que trataram sobre os temas trabalho e desenvolvimento econômico. Os artigos apresentados analisam a relação com as atividades comerciais locais, capital improdutivo, precarização das relações trabalhistas, questões de gênero, marca e marketing.

Com esta breve apresentação é possível identificar a amplitude das análises e pesquisas que são apresentadas neste e-book. Esperamos que a leitura realizada possa contribuir para novas reflexões e outras aproximações sobre as relações presentes no atual contexto da sociedade brasileira.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DOCUMENTAÇÕES E TURISMO: PROCESSOS E REGISTROS DE VIAGENS INTERNACIONAIS PARA BRASILEIROS	
Carla Ferreira de Moraes	
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	
Pollylian Assis Madeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7402016101</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
ESCALADA EM ROCHA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL DE LAZER EM MONTES CLAROS/MG	
Jarbas Pereira Santos	
Marilda Teixeira Mendes	
Michela Abreu Francisco Alves	
Irene Menegali	
Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7402016102</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PIQUI DA RAMPÁ, CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	
Wilson de Carvalho Rosa Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7402016103</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
PANORAMA DA EVOLUÇÃO DOS <i>ADVENTURE GAMES</i>	
Camila Brandão Bisson	
Leonardo Antonio de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7402016104</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>68</b>
PCDS A DEMANDA PRESENTEADA: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRAÇÃO, DIANTE UM CENÁRIO DE EDUCAÇÃO	
Daniel Andrei Rodrigues da Silva	
Tamara Wildner	
Tatiane Barichello Zorzo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7402016105</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>77</b>
DIREITO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	
Fabrine Antonello	
Jaqueline Antonello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7402016106</b>	

**CAPÍTULO 7..... 86**

**HÁBITOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS:  
UMA AVALIAÇÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Carina Carvalho Novaes  
Géssica Coelho Alencar  
Maria Carolina Barros Costa  
Marianne Louise Marinho Mendes

**DOI 10.22533/at.ed.7402016107**

**CAPÍTULO 8..... 94**

**AS NARRATIVAS NOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS  
PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA ENTRE OS ESTUDANTES**

Sergivano Antonio dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.7402016108**

**CAPÍTULO 9.....118**

**A UNIVERSIDADE PARA QUEM TEM MAIS DE 50 ANOS: UM ESTUDO DE CASO  
EM UMA IES DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, BRASIL**

Juciele Marta Baldissarelli  
Adelcio Machado dos Santos  
Monica França dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.7402016109**

**CAPÍTULO 10..... 130**

**DOM JOSÉ RODRIGUES: SEU PAPEL POLÍTICO E EDUCATIVO JUNTO ÀS  
CAMADAS POPULARES NO BOLETIM “CAMINHAR JUNTOS”**

Jônatas Pereira do Nascimento Rosa  
Edonilce da Rocha Barros  
Andréa Cristiana Santos

**DOI 10.22533/at.ed.74020161010**

**CAPÍTULO 11..... 144**

**A MILITÂNCIA COMO MANDAMENTO OU EXISTE POSSIBILIDADE  
DE VISÕES PLURAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA? APONTAMENTOS  
PRELIMINARES**

Manoel Adir Kischener  
Everton Marcos Batistela  
Airton Carlos Batistela  
Mariza Rotta

**DOI 10.22533/at.ed.74020161011**

**CAPÍTULO 12..... 160**

**AMAZÔNIA: AS NUANCES COMUNICACIONAIS AOS OLHOS DA ESTRATÉGIA  
ELEITORAL/GOVERNAMENTAL DE JAIR BOLSONARO E EMMANUEL  
MACRON**

Gustavo Koetz Vaccari  
Roberto Gondo Macedo

**DOI 10.22533/at.ed.74020161012**

**CAPÍTULO 13..... 174**

A LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO: O CASO DAS URNAS ELETRÔNICAS NA JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAZONAS

Karina Lopes Cidade

Marcos Carneiro da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.74020161013**

**CAPÍTULO 14..... 189**

COLONIALIDADE E PRÁTICAS ALIMENTARES NO GOVERNO DE JANARY NUNES

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

**DOI 10.22533/at.ed.74020161014**

**CAPÍTULO 15..... 197**

O MARKETING DE RELACIONAMENTO E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO DE MARCA.

COMPLEXIFICAÇÃO CONCEITUAL E NOVOS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO

Guaracy Carlos da Silveira

Fernando Augusto Carvalho Dineli da Costa

**DOI 10.22533/at.ed.74020161015**

**CAPÍTULO 16.....211**

CRESCIMENTO ECONÔMICO, UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Railson Marques Garcez

**DOI 10.22533/at.ed.74020161016**

**CAPÍTULO 17..... 224**

A INCLUSÃO DE UMA MICROEMPRESA NO MERCADO BAGEENSE ATRAVÉS DA PESQUISA DE MERCADO

Hallana Pereira Ortiz

Vinícios Oliveira da Rosa

Aldemi Silveira Leon

Lóren Formiga de Pinto Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.74020161017**

**CAPÍTULO 18..... 240**

O CÂMBIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE COMERCIAL LOCAL

Giselly Mayara Mesquita de Paiva

Nicolas Andretti de Souza Neves

Ronaldo Cardoso da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.74020161018**

**CAPÍTULO 19..... 254**

O EMPREGO DOMÉSTICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO

**TRABALHO: O EMPODERAMENTO DAS MULHERES E A BUSCA DA IGUALDADE**

Elaine Aparecida Fonsêca Tavares

Maria Olímpia de Jesus Sousa

Soraia Veloso Cintra

Luciene da Silva Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.74020161019**

**CAPÍTULO 20..... 265**

**A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO: UMA RESENHA CRÍTICA**

Marcus Vinicius Gomes Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.74020161020**

**CAPÍTULO 21..... 277**

**ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS: O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA**

Heleni Duarte Dantas de Àvila

Jucileide Ferreira do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.74020161021**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 287**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 288**

# CAPÍTULO 6

## DIREITO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 01/07/2020*

### **Fabrine Antonello**

Faculdade Mater Dei  
Dois Vizinhos – PR

<http://lattes.cnpq.br/5999569020374176>

### **Jaqueline Antonello**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Dois Vizinhos – PR

<http://lattes.cnpq.br/3966081550582428>

**RESUMO:** A educação infantil é relevante ao desenvolvimento humano, pois estabelece as bases para as aprendizagens das crianças. A Constituição de 1988 inovou na tratativa da educação, estabelecendo direitos e diretrizes. Entretanto, quanto à educação infantil, nota-se uma reiterada falha prestacional, vez que o Estado não disponibiliza vagas a todos os titulares do direito. Notável tem sido a busca pela efetivação deste direito através de intervenções judiciais. Este trabalho objetiva analisar a intervenção do Poder Judiciário e do Ministério Público para a disponibilização de vagas em educação infantil na cidade de Dois Vizinhos – PR. Para realizar esta pesquisa utilizou-se o método de análise dedutivo, com objetivo exploratório e técnicas de documentação indireta. A partir dos dados consultados foi possível observar que a população assumiu protagonismo face ao direito à educação infantil, que provocar a jurisdição é eficaz na garantia da vaga em creches e pré-

escolas e que as intervenções resultaram em acordo com operacionalização das obrigações municipais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito à Educação. Educação Infantil. Poder Judiciário. Ministério Público.

### **LAW AND CHILDHOOD EDUCATION: AN INTERDISCIPLINARY APPROACH**

**ABSTRACT:** The early childhood education is relevant to human development as it lays the foundation for children's learning. The 1988 Constitution innovated in dealing with education, establishing rights and guidelines. However, with regard to early childhood education, there is a repeated failure in provision, since the State does not provide vacancies to all right holders. Notable has been the search for the realization of this right through judicial interventions. This work aims to analyze the intervention of the Judiciary and the Public Ministry for the provision of places in early childhood education in the city of Dois Vizinhos – PR. In order to carry out this research, the deductive analysis method was used, with an exploratory objective and indirect documentation techniques. From the data consulted, it was possible to observe that the population assumed a leading role in the right to early childhood education, that provoking jurisdiction is effective in guaranteeing a place in daycare centers and pre-schools and that the interventions resulted in an agreement with the operationalization of municipal obligations.

**KEYWORDS:** Right to Education. Early Childhood Education. Judiciary. Public Ministry.

## 1 | INTRODUÇÃO

Atualmente a educação infantil é a primeira etapa da educação básica brasileira, é o primeiro contato dos sujeitos sociais de zero a cinco anos de idade com a educação formal. Englobando instituições educativas denominadas creches e pré-escolas, a educação infantil constitui-se numa etapa que procura aliar o cuidado e a educação, numa perspectiva de complementar a ação da família e da comunidade no que concerne ao desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Tamanha é a relevância da educação infantil, uma vez que a partir dela são desenvolvidas as bases para que as crianças se aproximem da cultura e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 ela é considerada um direito das crianças e um dever do Estado e da família.

De acordo com a lei maior, cabe ao município ofertar as vagas para as crianças em instituições de educação infantil gratuitas, mas essa oferta de vagas acaba sendo limitada às possibilidades de atendimento das crianças conforme recursos físicos e humanos destinados a estas instituições de ensino.

Em agosto de 2016, existiam 569 (quinhentas e sessenta e nove) crianças de zero a três anos na lista de espera por uma vaga em Centros de Educação Infantil no Município de Dois Vizinhos – PR. A constatação desta realidade conduziu à necessidade de aprofundamento dos estudos quanto à temática.

Uma vez que as vagas são limitadas, o direito a educação infantil acaba não sendo efetivado do modo posto na Constituição e isso acarreta em uma busca pela tutela jurisdicional a fim de garantir o direito em questão. Este modo de buscar a efetivação do direito à educação infantil e a discussão sobre a importância desta etapa da educação constituíram-se como objetos de estudo da pesquisa.

De maneira geral, a pesquisa objetiva discutir o protagonismo da população duovizinhense na busca de vagas na Educação Infantil e o compromisso assumido pelo Município de Dois Vizinhos em Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com Ministério Público do Estado do Paraná.

Entretanto, compreendendo a necessidade de delimitar o objeto de estudo e considerando que o Poder Judiciário pode ser provocado por duas vias distintas, por meio de ajuizamento de uma ação de obrigação de fazer ou por impetração de mandado de segurança, optou-se por analisar quantitativamente apenas os processos que fizeram uso do remédio constitucional, ao longo dos anos de 2015 a 2016 no município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

A delimitação conduziu ao seguinte problema de pesquisa: qual foi incidência da impetração de mandados de segurança, na Vara da Infância e Juventude do

município de Dois Vizinhos, nos anos de 2015 e 2016, visando à concessão de vaga em creche ou pré-escola a fim de efetivar o direito à educação infantil?

Para responder ao problema de pesquisa, este trabalho foi organizado de maneira a articular brevemente a importância da educação infantil e a procura por intervenções do Poder Judiciário a fim de buscar a garantia deste direito da criança, em face ao problema da escassez de vagas em creches e pré-escolas. Ainda, é importante explicitar que o trabalho também é composto de um tópico destinado à metodologia da pesquisa e outro referente à análise e discussão dos resultados.

## **2 I EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVE HISTÓRICO**

A história da educação infantil demonstra que “durante muito tempo, a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias ou do grupo social ao qual ela pertencia” (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 13). Como a educação era uma responsabilidade familiar e/ou social, nenhuma instituição formal de educação compartilhava de tal tarefa e essa situação perdurou por “um bom período da história da humanidade” (idem, p. 13).

Ainda de acordo com Craidy e Kaercher (2001, p. 14), “as creches e pré-escolas surgiram depois das escolas e seu aparecimento tem sido muito associado com o trabalho materno fora do lar, a partir da revolução industrial”. Historicamente, as mães têm sido consideradas as principais responsáveis pelo cuidado e educação das crianças, no ambiente doméstico de sociedades patriarcais.

Entretanto, a partir do momento em que as mães, assim como os pais, também começaram a fazer parte do mercado de trabalho produtivo, não mais puderam ficar em casa para cuidar dos filhos durante os períodos de trabalho. Isso remete a ideia de que a educação infantil se estabeleceu como um direito da família e não das crianças.

É num contexto social de mudanças políticas e econômicas que surgem as primeiras creches e pré-escolas brasileiras após a metade do século XX, como ambiente alternativo para crianças que não poderiam ficar sozinhas em casa enquanto os pais trabalhavam. Conforme estas instituições se estabeleceram como ambientes destinados ao cuidado de crianças, acabaram por adquirir caráter assistencial, higienista e imediato, pois a importância da educação recaiu sobre o ato de cuidar, isto é, sobre manter a criança saudável e alimentada até o fim do dia, quando ela voltasse para casa.

### **2.1 A educação como direito fundamental**

Ainda que a história da educação infantil demonstre que ela nem sempre foi um direito da criança, isso foi modificado com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (CRFB/88). Considerando o contexto

histórico anterior a sua promulgação, a Constituição de 1988 reflete os anseios para a retomada de direitos usurpados durante o período ditatorial e uma das características do texto é a extensa positivação de direitos humanos.

Esses direitos, quando positivados na lei maior, recebem o nome de direitos fundamentais, terminologia tida como correta no entender de Sarlet et al (2017) vez que a expressão ‘direito fundamental’ está intimamente ligada ao reconhecimento de um Estado sobre determinado direito.

Dentre os direitos fundamentais, especial atenção merece o direito a educação, uma vez que ela serve ao processo de humanização dos indivíduos, na medida em que é por meio dela que as gerações mais velhas ensinam às gerações mais novas os hábitos, os costumes e a cultura de cada sociedade.

Como expõe Saviani (2013, p. 13), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. É por meio da educação, especialmente por meio da educação escolar, que os conhecimentos historicamente acumulados pelo ser humano são sistematizados aos novos sujeitos sociais. Tal sistematização ocorre não só em prol do desenvolvimento de cada indivíduo singular, mas serve também à própria manutenção da sociedade, seja para conservá-la ou para renová-la.

A partir do momento em que a educação, não só de conhecimentos sistematizados, mas de hábitos e valores culturais, apresenta-se como um dos parâmetros para a aceitação dos sujeitos na sociedade, pode-se admitir que ela é um meio de garantir a dignidade do homem e, mais do que isso, sua humanidade.

A educação, de fato, é um direito humano consagrado no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Esse direito encontra-se positivado na CRFB/88 no rol dos direitos sociais do art. 6º e tamanha é sua importância, que dentro da Constituição, possui uma seção própria, abrangendo os arts. 205 a 214.

É necessário considerar que a Constituição definiu a titularidade do direito em questão como sendo universal, o texto do art. 205 é claro ao afirmar que esse é um direito de todos. Tal amplitude é condizente com a finalidade da educação, visto que é através dela que os sujeitos se apropriam da cultura, da história e das práticas sociais do local em que vivem. Esta apropriação tem início na educação infantil, uma vez que ela é a etapa inicial de um processo educativo formal que permite o estabelecimento das bases do desenvolvimento da criança.

## **2.2 O direito à educação infantil**

Quanto a educação infantil, em específico, a Constituição definiu no art. 208, IV que o dever do Estado será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade. Esse dever é

reproduzido no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, no art. 54, IV, e na Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 4º.

Veja que uma das características da carta constitucional quanto a sua finalidade é ser dirigente, poder-se-ia questionar qual a eficácia da norma do art. 208, IV. O entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup> é de considerar o artigo mencionado como norma de eficácia plena, ou seja, apta a produzir os seus efeitos. De acordo com esta visão, para ter acesso a educação infantil bastaria que fosse demonstrado o interesse na vaga.

Por força do disposto no art. 211, § 2º da CRFB/88 o ente responsável por cumprir a determinação constitucional de garantir o acesso à educação infantil é o Município. Entretanto, o que está sendo possível observar nos últimos anos é uma tentativa por parte deste ente de não atender às demandas sociais por educação infantil, ao não ofertar vagas suficientes nesta primeira etapa da educação básica.

Considerando que a educação é meio de garantir a dignidade da pessoa humana, e que esse é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, (BRASIL, 1988, art. 1º, III), ao descumprir o texto legislativo, no entender de Cury e Amaral (2014), fere-se a ordem constitucional.

Ao passo que o Estado descumpra seu papel de garantir educação infantil gratuita para crianças de até 5 (cinco) anos de idade, percebeu-se um protagonismo dos pais das crianças que têm seus direitos violados. Não mais esperam que Poder Executivo promova a oferta da vaga conforme sua discricionariedade, mas provocam o Poder Judiciário a fim de garantir a efetividade do direito.

Cury e Ferreira (2009) acreditam que essa intervenção do Poder Judiciário, no que tange a educação, é possível em razão das garantias expressas na Constituição, os autores denominam esse fenômeno como 'judicialização da educação', através do qual é possível que o titular do direito busque a responsabilização do Poder Público pelo não cumprimento de seu dever constitucional. Ainda conforme os autores: "A consolidação dos direitos sociais apresentou como reflexo uma nova faceta, que não tem precedente na história do direito: uma relação direta entre a justiça e educação" (CURY, 2009, p. 34).

### 3 | MÉTODO

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo analisar o protagonismo da população duovizinhense na busca de vagas na Educação Infantil através da impetração de mandados de segurança e o compromisso assumido pelo Município de Dois Vizinhos em Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado

---

<sup>1</sup> RE 582825, Relator: Min. AYRES BRITTO, julgado em 22/03/2012.

com Ministério Público do Estado do Paraná. Para atingir tal objetivo foi necessário estabelecer um percurso metodológico que respaldasse uma pesquisa sobre o assunto.

Tendo como base o método de análise dedutivo, método este “que antecede a experiência, e não exige confirmação experimental, mas somente coerência lógica” (RUIZ, 1979, p. 110), optou-se por realizar uma pesquisa com objetivo exploratório uma vez que, de acordo com Ruaro (2004, p. 24), “a pesquisa exploratória é um estudo que tem por finalidade buscar maiores informações sobre determinado assunto”. Além disso, foram utilizadas técnicas de documentação indireta, especificamente revisão bibliográfica.

Marconi e Lakatos (1990), explicam que a revisão bibliográfica tem o intuito de aproximar o pesquisador dos conteúdos já produzidos sobre o tema pesquisado, “não é mera repetição do que já foi falado ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 66).

Por concordar com as autoras e considerar a relevância deste procedimento de obtenção de dados como forma de conduzir a pesquisa, este trabalho teve como base estudos acerca da educação infantil e do fenômeno educativo enquanto direito fundamental e levantamento de informações a respeito da obtenção de vagas para crianças em creches e pré-escolas por meio da intervenção do Poder Judiciário em um município da região sudoeste do Paraná.

Devido à necessidade de delimitação do objeto de estudo e considerando que o Poder Judiciário pode ser provocado por meio de ajuizamento de uma ação de obrigação de fazer ou por impetração de mandado de segurança, optou-se por analisar quantitativamente apenas os processos que fizeram uso do remédio constitucional, ao longo dos anos de 2015 a 2016 no município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Faz-se importante esclarecer que essa delimitação temporal foi definida visando analisar o processo de judicialização da educação infantil no município de Dois Vizinhos em períodos anteriores ao estabelecimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), IC n.º 0048.14.000031-5, de 9 de setembro de 2016. Esse TAC diz respeito ao cadastramento das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos que estão na lista de espera dos Centros Municipais de Educação Infantil, a fim de implantar, realizar manutenção e operacionalizar um programa municipal de proteção à infância.

#### **4 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Conforme indicado previamente, como meio de restringir a pesquisa, foram

analisadas apenas solicitações de vagas em creches e pré-escolas nas instituições de educação infantil públicas de Dois Vizinhos mediante mandados de segurança impetrados ao longo dos anos de 2015 e 2016.

De acordo com dados disponibilizados pela Vara da Infância e Juventude deste município, identificou-se que durante o ano de 2015 nenhuma vaga foi solicitada mediante processo judicial. Já no ano de 2016, ao longo dos meses de março, abril, maio, julho e agosto foram distribuídas 6 (seis) ações. Das ações distribuídas, em uma delas, a criança conseguiu a vaga antes da sentença, nas outras cinco, a sentença concedeu a segurança para obrigar a oferta da vaga.

Levando em consideração o fato de o TAC ter sido assinado no mês de setembro, cabe a reflexão sobre a relação existente entre o aumento substancial de impetração de mandados de segurança e o estabelecimento deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

De acordo com o TAC, a erradicação da falta de vagas em creches e pré-escolas municipais se dará de maneira escalonada, sob pena de multa e outras medidas judiciais, devendo o município criar vagas para atender:

- 15% - (quinze por cento) da demanda manifesta, indicada no recadastramento realizado em agosto de 2016, o qual atestou uma demanda de 569 (quinhentos e sessenta e nove) crianças em lista de espera até 30 de junho de 2017;
- 12% - (doze por cento) da demanda manifesta remanescente até 31 de dezembro de 2017;
- 30% - (trinta por cento) da demanda manifesta remanescente até 30 de junho de 2018;
- 50% - (cinquenta por cento) da demanda manifesta remanescente até 30 de junho de 2019;
- 100% - (cem por cento) da demanda manifesta remanescente até 31 de dezembro de 2019 (DOIS VIZINHOS, 2016, p. 5).

Ainda que o levantamento dos dados demonstre que a utilização de intervenções, tanto pelo Poder Judiciário, quanto pelo Ministério Público como meios de obter a efetivação do direito seja maneira eficaz e coerente à finalidade da educação, qual seja, humanizar a criança por meio da garantia de vaga em instituição formal de ensino, faz-se necessário dar continuidade aos estudos no sentido de identificar em que medida o direito ao acesso à primeira etapa da educação básica tem se efetivado no contexto deste município em particular.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação informal é realizada no bojo do núcleo familiar e o trabalho educativo realizado em instituições formais de ensino vem complementar a ação da família, de maneira a contribuir com a humanização do ser humano.

Tamanha é a importância da educação, que este direito humano foi positivado na Constituição de 1988. Inclusa no rol dos direitos fundamentais, o acesso a educação é um dos meios de garantir à dignidade da pessoa humana e, por conseguinte o respeito a um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Ainda de acordo com a Constituição, a educação básica deve ser ofertada pelo Estado desde a sua primeira etapa. O Município é o ente responsável pela atuação na educação infantil e, conseqüentemente, se torna o responsável por garantir a efetivação do direito através da disponibilização de vagas em creches e pré-escolas, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

Frente à falha prestacional que incorre o Município ao não disponibilizar vagas suficientes, a população se vê condicionada a questionar o descumprimento da norma constitucional e a se posicionar em favor da efetivação do direito a educação, em especial pelo direito a educação infantil. Uma das formas de buscar a efetivação do direito, quando denegado pelo Município, é por meio da intervenção do Poder Judiciário

No município de Dois Vizinhos, analisou-se a procura pela tutela jurisdicional através da impetração de mandados de segurança com a finalidade de garantir a matrícula em estabelecimento público de ensino infantil. A análise quantitativa dos dados demonstra que ocorreu um aumento exponencial na procura dessa intervenção judiciária. Enquanto ao longo do ano de 2015, nenhum processo foi distribuído, em 2016, seis ações buscaram a matrícula em educação infantil através da impetração de mandado de segurança.

Em relação a estas ações, em umas delas a vaga foi ofertada no decorrer do processo, as demais tiveram sentença concedendo a segurança e ordenando que o Município disponibilizasse vaga em creche ou pré-escola para efetivar o direito a educação infantil.

O TAC assinado em setembro de 2016 normatiza como se dará o preenchimento das vagas que serão criadas e deixa claro que o município não pode se escusar de cumprir com sua obrigação constitucional.

A pesquisa confirma a hipótese de que houve aumento da incidência de processos judiciais com a finalidade de assegurar o direito à educação infantil. Em razão da delimitação temporal e dos resultados obtidos, é necessário que mais estudos sejam realizados a fim de demonstrar o protagonismo da população frente à inércia do Poder Executivo. Mais do que isso, faz-se mister continuar acompanhando

as ações do município de Dois Vizinhos no que se refere ao acordo estabelecido no TAC para a criação de vagas na educação infantil até o fim do ano de 2019.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União: Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 1996.

CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil; AMARAL, Cláudia Tavares do. **O direito à educação básica: análise inicial dos julgamentos do tribunal de justiça de Minas Gerais**. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2014, Portugal. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT5/GT5\\_Comunicacao/CarlosRobertoJamilCury\\_GT5\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/CarlosRobertoJamilCury_GT5_integral.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A Judicialização da educação. **Revista CEJ**, Brasília, ano XIII, n. 45, Abr./Jun 2009, p. 32-45. Disponível em: <[www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/download/1097/1258](http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/download/1097/1258)>. Acesso em: 24 jul. 2019.

DOIS VIZINHOS. **Termo de Ajustamento de Conduta**. IC nº 0048.14.000031-5, de 9 de setembro de 2016. In: Ministério Público do Estado do Paraná, Dois Vizinhos -PR, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 1948. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)>. Acesso em: 29 out. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1990.

RUARO, Dirceu A. **Manual de Apresentação Acadêmica**. 2. ed. Pato Branco: Faculdade Mater Dei, 2004.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1979.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: AutoresAssociados, 2013.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adventure games 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 192, 193, 194, 271

Amapá 189, 190, 193, 194, 195

Amazônia 160, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 189, 191, 192, 195

Apontamentos 96, 144, 148, 157

Assistência social 254, 255, 259, 261, 263, 277, 278, 282, 283, 284, 285, 286, 287

Atividades de aventura 16, 17, 18, 19, 22, 25, 27

### B

Benefícios 19, 22, 76, 162, 235, 261, 277, 278, 283

### C

Câmbio 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

Capital improdutivo 265, 266, 267, 275, 276

Capitalismo 66, 150, 190, 191, 199, 216, 220, 221, 225, 265, 269, 270, 273, 275

Comércio 104, 192, 210, 226, 228, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 250, 251, 266

Comportamento do consumidor 197, 201, 202, 208, 238

Comunicação 20, 23, 24, 67, 71, 86, 88, 95, 116, 131, 135, 137, 139, 142, 143, 154, 160, 161, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 194, 197, 198, 200, 201, 202, 205, 209, 210, 237, 281

Comunicação integrada de marketing 202

Comunidade Quilombola de Piqui da Rampa 28

Crescimento 17, 68, 101, 119, 120, 122, 127, 128, 170, 176, 190, 192, 198, 200, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 244, 266, 271, 273, 274

### D

Decolonialidade 189

Demanda 31, 68, 69, 75, 83, 118, 120, 128, 205, 206, 224, 225, 227, 231, 232, 233, 237, 244, 249, 252, 261, 266

Desenvolvimento sócio econômico sustentável 28

Direito à educação 77, 78, 79, 80, 84, 85

Direitos 7, 37, 69, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 84, 85, 88, 91, 115, 137, 139, 161, 164,

216, 217, 219, 220, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 277, 278, 282, 285, 286

Discurso 94, 95, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 130, 132, 138, 142, 160, 164, 165, 167, 168, 190, 194, 195, 219

Documentações 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 12

## **E**

Economia 29, 68, 69, 158, 166, 195, 198, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 229, 240, 243, 244, 252, 253, 265, 266, 267, 272, 274, 275, 279

Educação infantil 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Educação popular 130, 132, 135, 136

Eleição 3, 165, 166, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Emprego doméstico 254, 255, 256, 257, 258, 260

Empresas 54, 57, 58, 65, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 128, 137, 158, 162, 174, 175, 178, 182, 186, 192, 198, 199, 200, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 217, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 237, 238, 252, 268, 269, 270, 271, 276, 280

Ensino superior 118, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 262

Escalada em rocha 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27

Escola 21, 22, 23, 79, 80, 84, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 128, 138, 156, 158, 192, 265

Estratégia 52, 57, 63, 136, 160, 161, 165, 184, 186, 192, 202, 208, 223, 233, 235, 237

## **F**

Fronteira 8, 106, 177, 192, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 275

## **G**

Geopolítica 160, 162

Gestão Municipal 277, 282, 283

Governança corporativa 265, 268, 269

Graduação 23, 41, 66, 67, 92, 93, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 129, 148, 150, 153, 154, 155, 157, 195, 238, 287

## **I**

Inclusão 72, 73, 76, 118, 122, 123, 129, 224, 258, 264, 267

Informação 2, 10, 19, 22, 42, 69, 86, 88, 91, 92, 108, 121, 122, 131, 140, 157, 169, 183, 254, 258, 259, 261, 262, 263, 267, 272

## **J**

Janary Nunes 189, 190, 191, 193, 194

Jogos eletrônicos 42, 43, 44, 48, 50, 51, 62, 65, 66

## **L**

Lazer 1, 2, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 35, 71

Legislação 4, 12, 68, 69, 75, 179, 188, 216, 219, 247

Leitura 59, 61, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 136, 148, 180, 264

Líder religioso 130

Logística 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

## **M**

Marketing de relacionamento 197, 198, 199, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209

Maturidade 118, 119, 129, 198, 200

Mediador comunicativo 130, 132, 133

Mercado 30, 33, 36, 42, 44, 52, 57, 63, 69, 72, 73, 74, 76, 79, 87, 88, 121, 161, 162, 170, 178, 179, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 252, 254, 255, 260, 263, 272

Microempresa 224, 225, 226, 231, 238

Ministério Público 77, 78, 82, 83, 85, 183

Modernidade líquida 197

## **N**

Narrativa interativa 42, 48

## **P**

Pessoas com deficiência 68, 69, 72, 74, 75, 76, 220

Pluralidade histórica 144

Poder Judiciário 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 180, 181

Práticas alimentares 189, 190, 191, 193, 194, 195

Precarização 212, 216, 222, 223

Projeto 34, 38, 39, 40, 55, 132, 138, 142, 143, 174, 176, 194, 230, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 277

## **R**

Relações sociais 16, 32, 33, 36, 98, 99, 100, 101, 114, 121, 156

Rotulagem de alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92

## **S**

Sentido de pertença 144

Sociabilidade violenta 94, 99, 100, 103, 109, 115

Sujeito 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 128, 147, 161, 164, 165, 200, 248

## **T**

Trabalho 3, 8, 22, 23, 25, 28, 29, 32, 35, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 92, 93, 95, 96, 99, 100, 103, 104, 107, 110, 113, 114, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 147, 150, 153, 177, 183, 187, 189, 192, 197, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 228, 229, 238, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 273, 275, 277, 278, 280, 285

Turismo étnico cultural consciente 28

Turismo Internacional 1

## **U**

Uberização 211, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 223

Universidades 44, 86, 198

Urnas eletrônicas 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

## **V**

Violência física 94, 95, 96, 98, 103, 106, 107, 109, 110, 114

Vistos 1, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 36, 65, 145, 161, 215

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)   
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)   
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)   
[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

[www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)   
[contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)   
[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)   
[www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br) 

# Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade